



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA) Nº 41/2024
SIMP Nº 000519-143/2024

Aos vinte (20) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 10h50min, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Lagoa Alegre, situada na Rua Orestes Borges, nº 54, Centro, Lagoa Alegre/PI, CEP 64.138-000, realizou-se **Audiência Pública**, presidida pelo Promotor de Justiça Dr. **RAFAEL MAIA NOGUEIRA**, titular da 2ª Promotoria de Justiça de União/PI, com a presença da Assessora Ministerial **JAQUELINE SOARES DA SILVA** (matrícula nº 20.284), do Vice-Prefeito Municipal, Sr. **MATHEUS OLIVEIRA NUNES**, do Presidente da Câmara Municipal, Sr. **GILVAN LIMA SILVA**, dos vereadores **LAELIO NUNES COSTA** e **VALDIR DOS SANTOS COSTA**, e das Assessoras Jurídicas da Câmara Municipal, Dra. **LYA FERNANDES LEANDRO PEREIRA** (OAB/PI 22.153) e Dra. **VITÓRIA REGIS FONTELES** (OAB/PI). O Prefeito Municipal, Sr. **OSAEL MOITA LEAL**, e o Procurador do Município, Dr. **PEDRO HENRIQUE DE ALENCAR MARTINS FREITAS** (OAB/PI 11.147), justificaram a ausência ao presente ato.

Além das autoridades acima nominadas, que são partes do procedimento em questão, também estiveram presentes a Sr. **Lucinete Oliveira Vieira**, Secretária de Educação, Sra. **Silvane Rodrigues Silva**, Conselheira do Conselho Tutelar de Lagoa Alegre, o Sr. **Evandro Soares de Sousa**, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Lagoa Alegre, as Sras. **Maria do Rosário Vieira Borges** e **Maria Dalva Oliveira da Silva**, professoras da Escola Municipal Alfredo da Silva Costa, representantes da sociedade civil, lideranças religiosas e demais interessados, **conforme lista de presença anexa**. Aberta a audiência, o Promotor de Justiça, esclareceu que o ato integra o Procedimento Administrativo (PA) nº 41/2024, em trâmite no Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP) sob o nº 000519-143/2024, cujo objetivo é apresentar o projeto "**Construindo Pontes: Caminhos para um Município sem Preconceito Racial**", fomentar o diálogo institucional entre autoridades locais, representantes de comunidades tradicionais, movimentos sociais, especialistas e demais interessados, colher contribuições da sociedade civil voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas de igualdade racial e, sobretudo, estimular a criação e institucionalização do **Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial** no Município de Lagoa Alegre/PI. Na sequência, o Promotor expôs os fundamentos do projeto, voltado à implementação de uma estrutura municipal de enfrentamento ao racismo, organizada a partir de 03 (três) pilares: criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial; elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial; e instituição de órgão especializado no âmbito da administração pública local. Em sua fala, também foram apresentados dados alarmantes sobre a persistência do racismo no Brasil e no Estado do Piauí, seguidos de reflexões sobre as desigualdades sociais estruturais e a valorização histórica da figura de Dandara dos Palmares como símbolo de resistência e liderança feminina negra. O Promotor destacou que o Município de Lagoa Alegre atualmente não possui Conselho Municipal de Igualdade Racial, tampouco canal específico para



denúncias ou políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo. Ressaltou, ainda, a ausência de respostas a ofícios anteriormente expedidos pelo Ministério Público, o que denota omissão por parte da gestão municipal. Ato contínuo, apresentou brevemente o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instituído pela Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), como ferramenta essencial para institucionalização das políticas antirracistas nos municípios brasileiros. Em sua conclusão, o Promotor detalhou os próximos passos do projeto, que incluem: **(a)** a submissão de proposta de acordo extrajudicial, com estipulação de obrigações e prazos voltados à adesão do Município ao SINAPIR; **(b)** eventual expedição de recomendação ministerial com o mesmo objetivo; **(c)** oferecimento de suporte técnico à gestão municipal para a implementação dos três pilares do projeto; e **(d)** acompanhamento e avaliação contínuos das ações adotadas. Apontou como resultados esperados a estruturação institucional para o combate ao racismo, o fortalecimento do controle social, a formulação de políticas públicas efetivas e inclusivas, a correta apuração de denúncias de discriminação e a consolidação de um ambiente de respeito às diversidades. Durante a audiência, a Sra. Maria Dalva Oliveira da Silva destacou a importância da participação comunitária e da valorização das pequenas ações no enfrentamento ao racismo. O Sr. João Moreira de Lima, representante da sociedade civil, relatou experiências de preconceito vivenciadas por sua família, sublinhando temas relevantes como saúde mental e bullying. A Sra. Lucinete Oliveira Vieira, por sua vez, enfatizou a importância da abordagem do tema racial na rede pública de ensino e informou que o Município de Lagoa Alegre não atendeu à condicionante relacionada ao tema, exigida para fins de cálculo do Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR), o que reforça a necessidade de ações urgentes na área. **Nada mais havendo a tratar, às 12h33min, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a audiência pública.**

Diante das explanações realizadas durante a audiência pública, das manifestações dos presentes e do cenário de ausência de políticas públicas específicas voltadas à promoção da igualdade racial no Município de Lagoa Alegre, **DETERMINAM-SE AS SEGUINTE MEDIDAS:**

- 1. SOLICITAR** formalmente o Município de Lagoa Alegre, bem como à Câmara Municipal de Vereadores para que, **no prazo de 20 (vinte) dias corridos**, manifestem-se quanto à adesão à proposta de acordo extrajudicial a ser apresentada pelo Ministério Público, com o objetivo de viabilizar a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a elaboração do respectivo Plano Municipal e a instituição de um órgão especializado na estrutura administrativa, conforme os 03 (três) pilares expostos no projeto “Construindo Pontes”;
- 2. EXPEDIR RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL**, caso não haja manifestação no prazo estipulado ou diante da negativa de adesão, com a devida fundamentação jurídica, para que o Município adote as providências necessárias à implementação das medidas estruturantes destinadas ao enfrentamento do racismo institucional e estrutural;
- 3. REGISTRO DA ATA** no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), sob o nº 000519-143/2024;
- 4. A REMESSA** desta ata de audiência ao Diário Eletrônico do Ministério Público (**DOEMP/PI**), para fins de publicação, diante do relevante interesse público da matéria discutida. Destaca-se que essas deliberações visam não apenas dar continuidade ao debate iniciado, mas assegurar a adoção





de medidas concretas e efetivas em prol de uma Lagoa Alegre mais justa, igualitária e comprometida com o respeito à diversidade étnico-racial. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelas autoridades presentes, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. A presente audiência pública foi registrada em gravação audiovisual, cujo conteúdo integral encontra-se disponível em mídia digital, acessível por meio do seguinte link: [AUDIÊNCIA PÚBLICA - 20.05 - LAGOA ALEGRE.webm](https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/9268f246a2122c8d01e6be47c2c318bf). E, para constar, lavrou-se a presente ata, servindo como documento comprobatório do ato realizado, bem como das deliberações encaminhadas.

(assinado digitalmente)

RAFAEL MAIA NOGUEIRA

Promotor de Justiça

(assinado digitalmente)

JAQUELINE SOARES DA SILVA

Assessora da 2ª Promotoria de Justiça de União

Matrícula: 20.284